



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Coordenação-Geral de Gestão do Território

ATA

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR DO PLANO SUB-REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO XINGU – CGDEX.

Participantes: Consultar lista de presença em anexo.

Aos 12 dias de março de 2024, das 10h17min às 11h21min, realizou-se a nona reunião ordinária do Comitê Gestor do Plano Sub-regional de Desenvolvimento Sustentável do Xingu - CGDEX, no auditório da Associação Consorcio Belo Monte – ACBM.

A reunião foi coordenada pelo Sr. Vitarque Coelho, representante do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional – MIDR, o qual realizou a sessão de abertura iniciando com as saudações de boas-vindas e a explanação do assunto a ser tratado na pauta da referida reunião, o qual será sobre a análise dos projetos cancelados.

- Apresentação dos projetos cancelados

A sra. Luciene Santos (Synergia) realizou apresentação sobre 43 projetos cancelados no âmbito do PDRSX, no período de junho de 2016 a setembro de 2022. Destacou que, dos 43 projetos cancelados, 12 projetos foram cancelados pelo CGDEX à época e 31 foram cancelados pela governança provisória, exercida pelo então Ministério de Desenvolvimento Regional. Em relação aos números de projetos por eixo temático, a maioria deles se encontram no eixo temático 03. Onde pode-se observar a divisão da seguinte forma:

- 2 projetos no eixo temático 01;
- 2 projetos no eixo temático 02;
- 15 projetos no eixo temático 03;
- 8 projetos no eixo temático 04;
- 1 projeto no eixo temático 05;
- 5 projetos no eixo temático 06;
- 2 projetos no eixo temático 07; e
- 8 projetos cancelados no eixo temático 08.

Dentre os cancelados, 35 iniciaram suas atividades e 8 dos projetos não chegaram a ser iniciados. Os projetos cancelados obtiveram um valor aprovado de R\$29.535.095,74, desse total, R\$18.151.097,96 foram comprometidos referente a 35 projetos que tiveram suas atividades iniciadas. Desse montante ainda possuem um saldo de R\$ 11.383.998,28, considerando o saldo dos projetos que iniciaram suas atividades e, ainda, os valores aprovados dos projetos que não iniciaram suas atividades.

Fazendo uma análise dos fatores que ocasionaram a não devolutiva dos proponentes, ocasionando no cancelamento dos projetos aqui analisados, destacou os seguintes os pontos:

- Descumprimento de finalidade;
- Falta de apresentação de um EVTE;

- Extinção da instituição proponente;
- Falta de prestação de contas;
- Falta de documentos envolvidos na repactuação do projeto ou na abertura desse projeto;
- Inviabilidade de execução do projeto; e
- Inexecução de algumas metas que estavam previstas nos projetos.

Fora apresentado que na maioria dos casos, que ocasionaram o cancelamento dos projetos se deu pela falta de prestação de contas ou qualquer documentação (da prestação de contas) que gerou a não aprovação do PDRSX. Dos 43 projetos, 22 não apresentaram a prestação de contas, 7 projetos não apresentaram a repactuação ou documentação para iniciar a abertura do projeto, 4 projetos apresentaram descumprimento de finalidade e irregularidades na doação ou algum indício de irregularidade, 3 projetos houve a extinção do proponente, 3 projetos houve inviabilidade na execução, 2 projetos não apresentaram EVTE, um 1 projeto por análise técnica, e 1 projeto por inexecução de metas.

Dos 31 projetos cancelados pela governança provisória, no período de fevereiro de 2020 a setembro de 2022, a apresentou o quantitativo por eixo temático, o montante aprovado, o que fora executado e o saldo. Assim como, as principais pendência que ocasionaram no cancelamento dos projetos.

O sr. Paulo Vitor (Jurídico – Synergia) informou sobre o parecer jurídico que foi apresentado pela gestora e corroborado pela Norte Energia. Rememorou que em setembro de 2023 o comitê gestor recente instituído solicitou uma análise jurídica sobre os 43 projetos cancelados. Mencionou, que a análise jurídica é vinculada a resolução número 30 de 21/10/2016 que estabelece o prazo de 6 meses da notificação para que os projetos apresentassem uma regularização da situação, e após isso seriam tomadas medidas para cancelamento ou reativação dos projetos. A análise jurídica se vincula sobre o monitoramento dos projetos e prazos de execução que não foram executados, na falta da prestação de contas e alguns com falta de estudo de viabilidade técnica financeira conforme demonstrado pela sra. Luciene Santos (Synergia). Mencionou ainda, que a análise do parceiro jurídico possui a ênfase na transparência da prestação de contas, na importância de seguir os procedimentos legais, em que cada proponente a época se vinculou ao aceitar o edital que estava proposto.

O sr. Vitarque Coelho (MIDR) rememorou que dos 43 projetos cancelados, 12 foi o próprio comitê gestor que cancelou. Questionou se o comitê gestor atual vai contra o comitê gestor à época? Outra questão seria sobre os 31 cancelados pela governança provisória, onde as decisões foram tomadas naquele período do governo anterior com o colegiado distinto e, teoricamente, há um espaço maior para estudar esses casos de cancelamento pelo comitê provisório em seu entendimento. Pontuou ser cabível, passar a limpo a situação do governo provisório que foi uma situação extraordinária. No tocante aos 12 do CGDEX, pontuou que seria reescrever a história do Comitê gestor, onde uma gestão cancelou e a outra desfaz o cancelamento, isso geraria um precedente perigoso para a credibilidade do comitê. Citou que poderia ser votado, uma vez que já teriam 9 membros presentes.

A sra. Antônia Martins (FVPP) informou que tem dificuldades de analisar somente números, sugeriu que fosse exposto quais são os projetos cancelados. Rememorou, que na última reunião já fora ponto pacífico, e que os projetos cancelado pelo CGDXX, não seriam revistos, pelo seu entendimento.

O sr. Eduardo Camilo (NESA) elucidou que havia entendido exatamente igual a sra. Antônia Martins (FVPP), que aqueles que foram cancelados pelo CGDEX não haveria mais nenhuma reanálise, caso contrário não teríamos avanços. Agora, aqueles em que há, alguma reclamação por não ter sido um fórum de cancelamento pela governança usual do PDRSX, ou seja, pelo CGDEX, a gente iria-se reanalisar.

O sr. José Matosalem (STTR) corroborou com o mesmo entendimento, citou na última reunião presencial já ficou praticamente definido que esses projetos que o comitê cancelou, não se mexeria mais. Se tivesse algum ajuste seria na parte prática, se iria judicializar, ou verificar as outras devolutivas.

O sr. Vitarque Coelho (MIDR) confirmou se o embasamento da governança provisória sobre o cancelamento se baseou na resolução 30 de 2016, a qual foi elaborada pelo próprio comitê gestor à época, que os projetos que não apresentassem documentação após a notificação e não responderem em até 180 dias seriam cancelados automaticamente.

O sr. Eduardo Camilo (NESA), esclareceu que em seu entendimento, após leitura do material enviado pela gestora, que houve por parte do próprio CGDEX em alguns casos, a necessidade de avaliação dos processos de apresentação de novos documentos, e está bem claro na descrição que a Synergia fez, o que não foi apresentado pelos proponentes, levando assim ao cancelamento pela resolução 30. E que o entendimento seria o que está escrito nesses projetos, o CGDEX pode passar um a um, lendo o caso a caso.

O sr. Vitarque Coelho (MIDR) pontuou como são 30 projetos é provável que o comitê não conseguiria avaliar todos de uma única vez, talvez seja necessário utilizar aquela metodologia que utilizamos nos projetos paralisados, selecionando um grupo de um bloco de projetos para o comitê discutir e encaminhar. No caso dos projetos paralisados foi solicitado a participação dos próprios proponentes. No caso dos projetos cancelados talvez não seja o caso de chamar o proponente e que essa avaliação seja feita pelo próprio comitê gestor. Neste sentido, questionou se poderia ser feito esse escalonamento e indicar para o dia de hoje, a avaliação de alguns projetos cancelados e programar essa avaliação posterior em videoconferência ao longo do tempo.

A sra. Taciane Oliveira (SUDAM), questionou se na reunião passada não ficou decidido que um grupo de representantes do comitê iria analisar esses projetos e trazer para a plenária em reunião.

O sr. Vitarque Coelho (MIDR) confirmou, contudo, citou que nenhum dos responsáveis pelo GT estava presente, os quais seriam o sr. João Batista e a sra. Josiane.

O sr. Eduardo Camilo (NESA), informou que não estariam recebendo a ata da reunião e questionou para a Synergia, porque não estavam recebendo essa ata de reunião, fato que ocasiona dúvidas sem ata na mão para consultar.

A sra. Luciene Santos (Synergia) informou que as atas das reuniões passadas foram encaminhadas para assinatura e após as coletas de assinaturas de todos os membros, elas irão ser encaminhadas para conhecimento. Informou ainda que a ata da última reunião ainda estava em elaboração.

Neste ensejo, o sr. Eduardo Camilo (NESA), pontuou que considerando a assinatura de 16 ou 17 pessoas, levaria meses para assinar a ata. Sugeriu que, se todos concordarem, fosse entregue uma minuta da ata para todo mundo ter a mão e não ficarem perdidos questionando-se o que aconteceu na ata passada, mesmo que ela não esteja assinada, se teria uma direção. Solicitou para a Synergia, que ao final da reunião seja disponibilizada minuta da ata para todos os presentes, para que assim tenham um norte na próxima reunião.

A sra. Antônia Martins (FVPP), comentou da existência de um modelo de mini ata que a norte energia fazia antigamente para deixarem as pessoas rememoradas das reuniões anteriores. Outra questão levantada foi que 33 projetos para serem analisados de forma on-line se torna inviável pois deveria ser criado um grupo de trabalho e ter acréscimo de pessoas para ajudar na criação de resumos.

O sr. Vitarque Coelho (MIDR), rememorou que na última reunião que existiria um grupo gerenciado pela Josiane e João Batista e ficariam de analisar esses projetos e fazer um relatório para o comitê gestor e apresentado em assembleia para que seja votado, aguardávamos a presença dos representantes e na data de hoje não compareceram à reunião. Então parece mais justo e coerente, que terminemos agora a reunião de hoje e aguardamos a manifestação do grupo que seria comandado pela Josiane e João Batista com o resultado da análise deles dos projetos cancelados que foram validados e seriam somente os 31 pela governança provisória.

O sr. Eduardo Camilo (NESA) pontuou que se é uma deliberação, se não tiver a ata, não tem condições de ter reunião. E caso, independente dos responsáveis, a deliberação não for atendida, a pauta não seja debatida. Sugeriu ainda, que fosse criada uma pauta para todas as reuniões.

A sra. Luciene Santos (Synergia) informou que em atenção as pautas das reuniões são organizadas pela secretaria executiva do CGDEX - SECEX, a gestora aguarda uma devolutiva de secretaria executiva para poder divulgar. Contudo, a gestora iria tomar como encaminhamento, alinhar junto com a SECEX a viabilização das pautas com antecedência.

O sr. Eduardo Camillo (NESA) frisou que é necessário organizar esses processos.

Encaminhamentos: 1) O Grupo de Trabalho, coordenado pelos srs. João Batista (governo do Estado) e Josiane Araújo (CREAX), apresentarão resumo das análises dos projetos cancelados para posterior deliberação do CGDEX na próxima reunião; 2) A gestora deverá disponibilizar a minuta da ata da reunião anterior antes da próxima reunião, para acompanhamento das deliberações e encaminhamentos. Caso a minuta não seja disponibilizada a reunião poderá não acontecer; e 3) Deverá ser disponibilizada pauta da reunião com antecedência.

O sr. Vitarque Coelho (MIDR) informou que a próxima reunião seria dia 19/03/2024, para continuação das análises dos projetos paralisados.

O sr. Jefferson Figueiredo (ACBM) informou que o prefeito Claudomiro o solicitou informar que no dia 18/03/2024 estará em reunião com o Governador, e que no dia 19/03/2024 seria pautada a estratégia de apoio ao Hospital do Amor no CGDEX. Neste sentido, solicitou para verificar a possibilidade de alteração da data para o dia 20 ou 21/03/2024, pois no dia 19 estaria em transito para Altamira.

O sr. Vitarque Coelho (MIDR) questionou se a pauta da próxima reunião não seria sobre os projetos paralisados.

A sra. Luciene Santos (Synergia) rememorou que seria sobre a estratégia de apoio ao Hospital do Amor e os projetos paralisados seriam tratados na reunião de hoje. Contudo, informou que o sr. Vitarque considerou que a pauta dos projetos cancelados seria bem complexa, sugeriu que os projetos cancelados fossem analisados no dia 19, juntamente com a estratégia do Hospital do Amor.

A sra. Antônia Martins (FVPP) rememorou que no dia 19 seria a pauta do Hospital do Amor. Neste sentido, sugeriu que a data fosse decidida no grupo do WhatsApp, para todos os membros do CGDEX acompanhem.

O sr. Vitarque Coelho (MIDR) informou que além da data da reunião para a discussão do hospital do amor, seja decidido também no grupo do WhatsApp a data da próxima reunião presencial, conforme sua solicitação anterior.

Ficou acordado que a próxima a data da próxima reunião do Comitê Gestor do PDRSX será definida no grupo do comitê gestor no WhatsApp.

Sem mais a tratar, a reunião se encerrou às 11:21.

Vitarque Lucas Paes Coelho

Coordenador Geral - MIDR

Mônica Brito

COMUNEMA – CGDEX

Taciane Almeida de Oliveira

SUDAM – CGDEX

Antônia Pereira Martins

FVPP – CGDEX

Eduardo Luiz Pinto Camillo

Norte Energia - CGDEX

Jéssica de Souza Oliveira

FETAGRI - CGDEX

José Matosalem Chaves Almeida

STTR – CGDEX

Carlindo de Lima da Silva

FETAGRI